DocuSign Envelope ID: 9EB3E50F-3561-454C-BEBC-D593254FA744

CENTRAL SOLAR LAGOA II S.A.

CNPJ/ME n° 35.913.736/0001-35

Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2022

Balanços patrimoniais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	7	289	510
Impostos a compensar	8	1	-
		290	**510**
Não circulante			
Imobilizado em andamento	10	3.633	575
		3.633	**575**
Total do ativo		**3.923**	**1.085**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/2021	31/12/2020 Não auditado
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	11	1.846	582
Impostos a pagar		27	-
		1.873	**582**
Não circulante			
Partes relacionadas	9	1.200	-
		1.200	**-**
Total do passivo		**3.073**	**582**
Patrimônio Líquido			
Capital social	12	1.010	510
Prejuízos acumulados	12	(160)	(7)
Total do patrimônio líquido		**850**	**503**
Total do passivo e patrimônio líquido		**3.923**	**1.085**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021 Não auditado
Receita operacional líquida			-
Custo do serviço de energia elétrica			-
Custo com energia elétrica		-	-
		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas e Receitas	13		
Despesas gerais e administrativas		(153)	(7)
		(153)	**(7)**
Resultado antes do resultado financeiro, participações societárias e tributos		**(153)**	**(7)**
Resultado financeiro		-	-
		-	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		**(153)**	**(7)**
Tributos sobre o lucro		-	-
Resultado líquido do exercício		**(153)**	**(7)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 Não auditado
Resultado líquido do exercício	(153)	(7)
Resultado abrangente do exercício	**(153)**	**(7)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízo acumulado	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2021 (não auditado)	-	-	-
Aumento de capital social	510	-	510
Resultado do exercício	-	(7)	(7)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	**510**	**(7)**	**503**
Aumento de capital social	500	-	500
Resultado do exercício	-	(153)	(153)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**1.010**	**(160)**	**850**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de Reais)

	31/12/2022	31/12/2021 Não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(153)	(7)
	(153)	**(7)**
Variações em:		
Impostos a compensar	(1)	-
Fornecedores	1.265	581
Impostos a pagar	26	-
Partes relacionadas	1.200	-
Caixa proveniente das atividades operacionais	**2.337**	**574**
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**2.337**	**574**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(3.058)	(575)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**(3.058)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	500	500
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**500**	**-**
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**(221)**	**500**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	289	510
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	510	10
	(221)	**500**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Central Solar Lagoa II S.A. ("Companhia" ou "Lagoa II"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Solar Lagoa II, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividade. A Companhia tem sede e foro na Avenida Faria Lima, nº 3729, 9° andar, sala 28, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. **Autorização do Parque Solar Lagoa II:** Em 11 de agosto de 2020 o Parque Solar foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 11 de agosto de 2055. Em junho de 2019 a Companhia vendeu 18,3 MW médio de energia pelo período de 20 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração solar Lagoa I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. durante o ano de 2021 devido as condições comerciais a Companhia juntamento com o cliente consumidor decidiram em comum acordo realizar a descontratação do fornecimento da energia pelo parque O Parque solar encontra-se em construção, com data prevista para entrada em operação no 1º semestre de 2023.

Empresa		Central Eólica Lagoa II
Usinas		Central Solar Lagoa II
Modalidade		Produtor Independente
Outorga		Autorização
Estado		RN
Capacidade instalada (MW)		39,75
Energia assegurada (MWm)		11,90
Data do início da outorga		2020
	Início	11/08/2020
Autorização / Registro	Término	11/08/2055

Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo, devido ao fato do parque solar estar em fase de construção.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 21 de agosto de 2023. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das politicas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios sociais, estão contempladas nas seguintes notas explicativas. Imobilizado: determinação do valor recuperável do imobilizado, com base nos estudos de viabilidade do projeto. (nota explicativa nº 9);

5. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço. **b) Imobilizado:** Terrenos, edificações e maquinas e equipamentos compreendem, principalmente, o parque solar. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, são reconhecidas como custo dos parques solares e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, em outras receitas/despesas operacionais. **c) Redução ao valor recuperável:** ***Ativos financeiros:*** São avaliados ao final de cada exercício quanto à sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento. ***Ativo não financeiro:*** A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UCG. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **d) Demais ativos circulantes e não circulantes:** São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço. **e) Fornecedores:** Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços referentes à construção do parque solar. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. **f) Provisões:** Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados. **g) Demais passivos circulantes e não circulantes:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. **h) Operações de arrendamento - CPC 06 (R2):** No começo de um contrato deve-se determinar se ele é ou contém um arrendamento. Um ativo específico é o objeto de um arrendamento caso o cumprimento do contrato dependa do uso daquele ativo. O contrato transfere o direito de usar o ativo caso o contrato transfira o direito ao arrendatário de controlar o uso do ativo subjacente. Os arrendamentos, nos quais os riscos e benefícios permanecem substancialmente com o arrendador, são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos e/ou recebimentos relacionados aos arrendamentos operacionais são reconhecidos como despesas e/ou receitas na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. Os arrendamentos, nos quais se contemplem não só o direito de uso de ativos, mas também a transferência substancial dos riscos e benefícios para o arrendatário, são classificados como arrendamentos financeiros. Para os arrendamentos financeiros em que a Companhia atua como arrendatária, os bens são capitalizados no ativo imobilizado no início do arrendamento, em contrapartida a um passivo mensurado pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. O imobilizado é depreciado de acordo com a política aplicável para o ativo. Em ambos os casos, as receitas/despesas financeiras são reconhecidas no resultado do exercício durante o período do arrendamento, de modo que seja obtida uma taxa constante sobre o saldo do investimento e/ou passivo existente. **i) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social correntes registradas no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes. Os juros e multas relacionados aos impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 32/IAS 12 - Tributos sobre o Lucro e o ICPC 22 / IFRIC 23. **j) Capital social:** Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários. As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados, individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior. ***Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC"):*** Adiantamentos para futuro aumento de capital ("AFAC") representam adiantamentos de recursos recebidos da controladora e destinados a aporte de capital que são concedidos em caráter irrevogável. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como patrimônio líquido na controlada, e no investimento da controladora. São reconhecidos pelo valor justo e classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida. Em contrapartida, os adiantamentos para futuro aumento de capital também são reconhecidos pelo valor justo na controladora, classificados como ativo não circulante. **k) Apuração do resultado:** O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. **l) Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente. **m) Ativos e passivos financeiros:** ***Classificação, reconhecimento e mensuração:*** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros na categoria de custo amortizado, A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido e recebidos ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos pela Companhia (i) com o objetivo de recebimento de seu fluxo de caixa contratual e não para venda com realização de lucros ou prejuízos e (ii) cujos termos contratuais dão origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os passivos financeiros são registrados pelo valor justo no seu reconhecimento inicial, e são remensurados considerando as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva. ***Compensação de instrumentos financeiros:*** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

6. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes - Alterações à IAS 1:** As alterações de escopo restrito à IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras esclarecem que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período de relatório. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data de relatório. As alterações também esclarecem o que a IAS 1 significa quando se refere à "liquidação" de um passivo. As alterações podem afetar a classificação de passivos, particularmente para entidades que anteriormente consideravam as intenções da administração para determinar a classificação e para alguns passivos que podem ser convertidos em patrimônio. Devem ser aplicados retrospectivamente de acordo com os requisitos normais da IAS 8 Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** *E*m fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo. A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção desses novos pronunciamentos.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021 Não auditado
Bancos conta movimento	289	510
Total	**289**	**510**

8. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

	31/12/2022	31/12/2021 Não auditado
Impostos a compensar		
Imposto de renda e contribuição social	1	-
Total	**1**	**-**
Impostos a pagar		
IRRF sobre serviços de terceiros	6	-
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	20	-
Total	**27**	**-**

9. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas de acordo com os valores de mercado, como segue::

Objeto do contrato	Contraparte	31/12/2022	31/12/2021 Não auditado
Passivo			
Fornecedores			
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura	EDP Renováveis Brasil	(1.829)	(549)
		(1.829)	**(549)**
Adiantamento para futuro aumento de capital			
Adiantamento para futuro aumento de capital	EDP Renováveis Brasil S.A	(1.200)	-
		(1.200)	**-**
Total		**(3.029)**	**(549)**

Compartilhamento de atividades e alocação de gastos: A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros renumeratórios. **9.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte:** A controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP - Energias de Portugal S.A. **Remuneração dos administradores:** A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Solar Lagoa I S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A. A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

10. IMOBILIZADO

	31/12/2022		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso			
Imobilizado em curso	3.633	-	3.633
	3.633	**-**	**3.633**

Não auditado	31/12/2021		
	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em curso			
Imobilizado em curso	575	-	575
	575	**-**	**575**

O saldo do imobilizado em curso refere-se, principalmente, a adiantamentos ao fornecedor para aquisição dos aerogerados e estudos de engenharia civil para a construção do Parque solar.

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	31/12/2021		31/12/2022	
	Valor líquido	Ingressos	Depreciações	Valor líquido
Imobilizado em serviço				
Imobilizado em curso	575	3.058	-	3.633
Total	**575**	**3.058**	**-**	**3.633**

A Companhia por política do Grupo EDP - Energias de Portugal, para todos os periodos apresentados reliza o teste de valor recuperavel dos seus ativos e não encontrou nenhum evento que pudesse gerar a necessidade de registro de provisão para redução do valor recuperável do seus ativos.

11. FORNECEDORES

	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas	1.829	549
Terceiros	18	32
Total	**1.846**	**581**

O saldo dos fornecedores corresponde à aquisição de materiais, máquinas e equipamentos para construção do parque solar.

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1 Capital social: O Capital social em 31 de dezembro de 2022 totalmente integralizado é de R$1.010 (2021 R$5). O capital social é composto de 1.010.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal

	31/12/2022		31/12/2021	
	Nº de títulos	%	Nº de títulos	%
Acionistas				
EDP Renováveis Brasil S.A.	1.010.000	100%	510	100%
	1.010.000	**100%**	**510**	**100%**

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social. **12.2 Destinação do lucro:** Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. Entretanto, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R$ 160.

13. DESPESAS E RECEITAS

	31/12/2022	31/12/2021
Doações	(74)	-
Materiais e serviços	(29)	-
Outras despesas	(49)	(7)
Total	**(153)**	**(7)**

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Considerações gerais: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções. **Classificação dos instrumentos financeiros:** As classificações dos ativos e passivos financeiros utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa nº 5.

	Nota	Categoria	Níveis	31/12/2022	31/12/2021
Ativos financeiros					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	Custo amortizado	Nível 1	289	510
Total				**289**	**510**
Passivos financeiros					
Circulante					
Fornecedores	14	Custo amortizado	Nível 1	1.846	581
Partes relacionadas	8	Custo amortizado	Nível 2	1.200	-
Total				**3.046**	**581**

14.1 Mensuração a valor justo: A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros: (i) Nível 1 . Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos; (ii) Nível 2 . Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente, na seguinte nota explicativa; **14.2 Risco de juros:** O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações. Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados. **14.3 Risco de liquidez:** O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas. Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 7). A Companhia, em 31 de dezembro de 2022, tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Fornecedores	1.846	1.846	1.846	-	-	-
Partes relacionadas	1.200	1.200	-	-	-	-
Total	**3.046**	**3.046**	**1.846**	**-**	**-**	**-**

14.4 Risco de crédito: O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de "Caixa e equivalente de caixa". O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2022 é:

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e equivalentes de caixa	289	510
Total	**289**	**510**

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais. Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias de Portugal, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas. **14.5 Riscos regulatórios:** As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela agência reguladora (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, CCEE, ONS etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre sua atividade.

15. COMPROMISSOS CONTRATUAIS E SEGUROS

15.1 Compromissos contratuais: Em 31 de dezembro de 2021, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	< 1 ano	1 - 3 anos	3 - 5 anos	> 5 anos	Total
Obrigações de compras	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da construção do parque solar. **15.2 Obrigação de compra:** As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia. Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado. A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2042.

16. COBERTURA DE SEGUROS (VALORES NÃO AUDITADOS)

Descrição	Ramos da apólice	Limite Máximo de Indenização
Responsabilidade civil	Geral	56
Seguro garantia & fiança	Geral	6

17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS TRIBUTÁRIOS E CÍVEIS

A Companhia está sujeita a processos judiciais e procedimentos administrativos no âmbito trabalhista, previdenciário, tributário, cível e ambiental. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, não possui causas cujo desfecho desfavorável é avaliado como provável ou possível.

18. MEIO AMBIENTE

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação. Os futuros gastos de natureza ambiental serão registrados no imobilizado durante o período de construção do parque solar.

DIRETORIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor

CONTADOR

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Solar Lagoa II S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Solar Lagoa II S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio